



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	SECRETARIAS: SEMAS, SEMED, SEMUSA, SEMOSP, SEMAGRI, SEMMA, SEMPLAC, GABINETE, SEMADFAZ e IMPREV) Obs: Semed, dois centros de custo (escolas descentralizadas e demais unidades de responsabilidade da secretaria)	
Editado por: Sirlene Aparecida Galani	Categoria: II - compra, inclusive por encomenda; Bens de consumo	Nº Processo Administrativo: 4146/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Elaboramos o presente Termo de Referência, com base no Artigo 6º, inciso XXIII da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021, e Decretos Municipal nº 4022/2024, nº. 4172/2023 e 4175/2023, que estabelecem normas gerais de licitação e contratação, objetivando a **Formação de Sistema de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios**, com o objetivo de dar continuidade às atividades desenvolvidas pelas secretarias que compõem a Prefeitura de Machadinho DOeste- RO.

1.2. A pretensa aquisição tem por objetivo atender as necessidades das Secretarias pertencentes à Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste e o Instituto de Previdência do Município, por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios (AROM) podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo, o quantitativo refere-se a todas as secretarias participantes da intenção Registro de Preços, sendo que os empenhos serão solicitados fracionados conforme a necessidade individual de cada secretaria requisitante.

1.4. Todas as características descritas na planilha a seguir, são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento dos produtos, se houver marcas citadas em algum produto são meramente referenciais para facilitar a compreensão e interpretação do produto desejado que atende a real necessidade da administração podendo ser igual, similar ou superior ao solicitado.

1.4 Especificação Técnica:

item	CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	SEMAGRI	SEMMA	SEMPLAC	IMPREV	SEMOSP	SEMAS	SEMED 352	SEMED 430	GABINETE	ADMINISTRAÇÃO	SEMUSA	TOTAL
------	--------	---------------	------	---------	-------	---------	--------	--------	-------	--------------	--------------	----------	---------------	--------	-------

1	2.001.008	AÇUCAR TIPO CRISTAL GRANULADO, cor clara, e sem umidade e sujidade. Acondicionado em pacote plástico, íntegro, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	KG	90	32	250	40	1600	450	575	2291	100	400	1000	6828
2	2.001.209	CAFÉ TORRADO E MOÍDO sem misturas, 1ª qualidade com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café ABIC; Embalagem: a vácuo em pacote com 500gr; Características Adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	120	32	150	18	800	250	150	*	200	300	600	2620
3	2.001.056	CHÁ MATE TOSTADO 250 GR - Tostado proveniente de grãosãos, acondicionados em sacos plásticos, atóxico, resistentes vedado hermeticamente e limpo, A embalagem dever conter externamente os dados de identificação e procedência, nº de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	UND	30	40	120	30	150	50	*	*	200	100	350	1070
4	2.001.033	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA pct 400 gr - A base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	40	*	*	*	500	150	200	100	20	15	800	1825
5	2.001.034	BISCOITO TIPO CREAM-CRAKER 400 GR - salgado, tipo água e sal, contendo cloreto de sódio em quantidade que acentue o sabor salgado, além dos	PCT	10	*	*	*	500	130	200	2600	*	30	1200	4670

		substancias normais do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.													
6	2.001.012	ALHO GRAÚDO DO TIPO COMUM, cabeça inteira, fisiologicamente desenvolvida, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causado por pragas.	KG	10	*	*	*	300	50	163	735	*	*	300	1558
7	2.001.016	APRESUNTADO - A embalagem original deve ser a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Inteiro ou em fatias.	KG	10	*	*	*	200	50	*	*	*	*	150	410
8	2.001.017	ARROZ AGULHINHA POLIDO, LONGO, FINO, TIPO 1, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses de a partir da data de entrega.	KG	200	*	*	*	3000	600	2004	8240	*	*	1000	15044
9	2.001.028	BATATA INGLESA Comum especial, lavada, tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa.	KG	20	*	*	*	800	100	*	535	*	*	600	2055
10	2.001.032	BISCOITO DOCE DE COCO PCT 400g - Sabor coco, a base de: farinha de trigo,	PCT	40	*	*	*	500	150	*	785	20	15	600	2110

		açúcar, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja, amido de milho, açúcar invertido, leite de coco, coco ralado, leite integral, sal e aroma artificial de coco. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.													
11	2.001.037	CALDO DE CARNE CX C/ 06 TABLETES Constituído basicamente de carne de boi desidratado, liofilizado, sal, amido de milho, gordura vegetal, condimentos, podendo conter corante natural. Tabletes individuais, em embalagem metalizada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	UND	30	*	*	*	300	46	*	*	*	*	*	376
12	2.001.038	CALDO DE GALINHA CX C/ 06 TABLETES Constituído basicamente de carne de galinha desidratada, liofilizado, sal, amido de milho, gordura vegetal, condimentos, podendo conter corante natural. Tabletes individuais, em embalagem metalizada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto	UND	30	*	*	*	300	46	*	*	*	*	*	376
13	2.001.312	CARNE BOVINA EM PEDAÇOS TIPO PALETA - Em pedaços, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida, nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, tipo de corte: característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter os dados de identificação,	KG	50	*	*	*	1000	150	1265	1480	*	*	700	4645

		procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro do Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.													
14	2.001.326	CARNE BOVINA MAGRA TIPO MUSCULO - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, tipo de corte: característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	50	*	*	*	1000	100	*	*	*	*	*	1150
15	2.001.313	CARNE BOVINA MOÍDA - tipo de carne: coxão mole ou patinho, congelada com temperatura de 10 a 25 ° C, com máximo de 10 % de gordura e 3 % de aponeurose, isenta de cartilagem e ossos, manipulada em boas condições higiênicas. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro do Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do	KG	50	*	*	*	500	250	1338	7657	*	*	400	10195

		SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.													
16	2.001.048	CARNE DE CHARQUE - Carne bovina com no máximo 10% de gordura, embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. Carne bovina com no máximo 10% de gordura, embalada em saco plástico vácuo transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) [dias a partir da data de entrega na unidade requisitante	KG	18	*	*	*	300	20	*	*	*	*	*	338
17	2.001.050	CEBOLA - Não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos, tamanho médio, uniforme, sem ferimento ou defeitos, tenra e com brilho, turgescer, intactas, firmes e bem desenvolvidos.	KG	10	*	*	*	350	130	225	1844	*	*	300	2859
18	2.001.052	CENOURA - Sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície.	KG	20	*	*	*	150	50	866	2245	*	*	350	3681
19	2.001.064	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO - Apresentar -se congeladas, livre de parasitos e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios. Embalado em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado,	KG	40	*	*	*	1000	180	*	*	*	*	400	1620

		resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega.													
20	2.001.166	EXTRATO DE TOMATE SACHE 340 GR Concentrado, isentos de peles sementes, acondicionado em recipiente íntegro, resistente, não amassado e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	UND	10	*	*	*	600	200	42	*	*	*	300	1152
21	2.001.070	FARINHA DE MANDIOCA - Fina, branca, crua, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 5 (cinco) meses a partir da data de entrega. PACOTE DE 01 KG.	KG	40	*	*	*	200	80	232	640	*	*	60	1252
22	2.001.077	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO I - Classe carioquinha, em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	KG	20	*	*	*	1000	320	380	2636	*	*	480	4836
23	2.001.316	FLOCÃO DE MILHO 500 GR - livre de glúten, grão de milho em flocos; de cor amarela; com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com ausência	PCT	10	*	*	*	10	50	*	730	*	*	*	800

		de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.													
24	2.001.284	FRANGO INTEIRO CONGELADO - Carcaça de frango eviscerada e com miúdos (pescoço, moela e fígado). Os miúdos encontram-se num saco plástico, inserido no interior da cavidade abdominal, livres de parasitas, com odor e sabor próprio. Embalado em sacos plásticos transparentes, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/DIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a parti da data de entrega na unidade requisitante.	KG	20	*	*	*	500	50	*	*	*	*	700	1270
25	2.001.082	FUBÁ DE MILHO FINO - do grão de milho moído; de cor amarela; com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em embalagem plástica, limpa, íntegra, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	KG	10	*	*	*	200	30	*	584	*	*	50	874
26	2.001.099	LINGUIÇA TIPO CALABRESA - Carne suína pura e limpa, apresentando-se em gomos uniformes,	KG	35	*	*	*	300	80	*	*	*	*	*	415

		adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabrês, submetida ao processo de cura, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.													
27	2.001.106	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE 500 GR - Massa alimentícia tipo seca, vitaminada, isenta de sujidades e parasitas. Embalagem plástica resistente e transparente. Rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação. Deverá apresentar a validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega do produto	PCT	40	*	*	*	500	130	715	5382	*	*	300	7067
28	2.001.113	MANTEIGA 500gr - Com creme de leite/ou soro, cloreto de sódio, fermento láctico e corante natural urucum. Não contém glúten. Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	UND	40	*	*	*	100	22	38	130	*	*	150	480
29	2.001.125	ÓLEO DE SOJA (900 ML) - De primeira qualidade, 100% natural, comestível, extrato refinado. Em embalagem limpa, não violada e não amassada. A embalagem a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do	UND	35	*	*	*	1300	220	214	2165	*	*	480	4414

		lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.													
30	2.001.128	PEITO DE FRANGO INTEIRO - Peito de frango inteiro, com pele e osso. Embalado em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega	KG	2	*	*	*	*	160	959	4970	*	*	200	6291
31	2.001.135	QUEIJO MUSSARELA Composto de Leite Pasteurizado, Sal, Cloreto de Cálcio, Coalho e Fermento Lácteo. Sem aromatizantes e sem conservadores. Composto de: Leite Pasteurizado, Sal, Cloreto de Cálcio, Coalho e Fermento Lácteo. Sem aromatizantes e sem conservadores. A embalagem original deve ser a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Inteiro ou em fatias.	KG	25	*	*	*	250	120	116	421	*	*	150	1082
32	2.001.141	REPOLHO VERDE - Tamanho médio, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme, livres de terra nas folhas externas.	KG	20	*	*	*	300	50	186	294	*	*	300	1150
33	2.001.143	SAL REFINADO 1KG iodado, constituído de cristais de granulação	KG	10	*	*	*	200	50	93	710	*	*	100	1163

		uniforme, isento de impurezas e umidade. Acondicionada em saco plástico, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.													
34	2.001.321	TEMPERO BAIANO MOIDO 40gr; Especificação: embalagem hermeticamente vedada e resistente, com data de fabricação e validade.	PCT	10	*	*	*	100	50	*	*	*	*	80	240
35	2.001.154	TOMATE - Tamanho médio, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme.	KG	30	*	*	*	600	125	385	2960	*	*	600	4700
36	2.001.158	VINAGRE 750 ML - Vinagre de álcool, refiltrado, pasteurizado, com acidez de 4 %, sem corantes, sem essências e sem adição de açúcares. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	UND	10	*	*	*	100	30	*	*	*	*	60	200
37	2.001.153	TEMPERO COMPLETO 300 GR Concentrado de ingredientes básicos: sal, alho, cebola e óleo vegetal. Embalagem plástica, limpa, não amassada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	UND	30	*	*	*	100	30	*	*	*	*	60	220
38	2.001.335	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA ZERO LACTOSE, PCT 400 GR. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal	PCT	10	*	*	*	*	*	30	30	*	*	*	70

		hidrogenada zero trans, açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de amônio), sal, metabissulfito de sódio, aroma artificial de baunilha, proteinase, vitaminas (b1, b2, b6 e pp). Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contém glúten. Alérgicos: contém trigo. Pode conter derivados de cevada, aveia, soja e centeio. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.													
39	2.001.139	REFRIGERANTE 02 LITROS - Sabores Variados. Composto de água gaseificada, sacarina, sendo permitidos extratos vegetais, cafeína, corante, caramelo, isento de corantes artificiais, livre de sujidades, parasitas, larvas, acondicionado em garrafas PET, com tampa de rosca. Deverá apresentar validade mínima de 2 (dois) meses a partir da data de entrega.	UND	120	*	*	*	200	200	*	*	*	*	*	520
40	2.001.035	BISCOITO TIPO CREAM-CRAKER INTEGRAL 400 GR salgado, integral, tipo água e sal, contendo cloreto de sódio em quantidade que acentue o sabor salgado, além dos substâncias normais do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	PCT	10	*	*	*	*	20	30	50	10	*	*	120
41	2.001.115	MARGARINA 500 gr Com 80 % de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de	UND	30	*	*	*	500	70	28	*	*	*	250	878

		ranço e de outras características indesejáveis. Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto													
42	2.001.221	ACHOCOLATADO 400gr - Apresentação: pó, Embalagem: primária plástica, Unidade de Fornecimento: pacote com 400 g, Características Adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	PCT	30	*	*	*	*	60	*	*	4	*	*	94
43	2.001.094	LEITE EM PÓ INTEGRAL 400GR - Leite em pó integral obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana, mediante processos tecnológicos adequados adicionado de lecitina de soja, como emulsionante. Composto de proteínas, carboidratos e lipídios. Devendo ter boa solubilidade. Embalagem aluminizada, não violada, vedada hermeticamente, limpa, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade e validade do produto. Deverá apresentar a válida mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 400 gr..	PCT	20	*	*	*	*	90	*	25	10	*	*	145
44	2.001.140	REPOLHO ROXO Tamanho médio, cabeças fechadas, sem fermentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme, livres de terra nas folhas externas	KG	25	*	*	*	*	20	*	*	*	*	*	45
45	2.001.163	PAO TIPO FRANCES Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal, e fermento químico. Deverão ser acondicionadas em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente	kg	300	*	*	*	400	125	4664	*	*	150	600	6239

		de forma que o produto seja entregue íntegro. O fornecedor deverá garantir validade do produto, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega, pesando aproximando 40 gramas por unidade													
46	2.001.161	PÃO DOCE Produto a base de farinha de trigo especial, fermento fresco, ovos, (gordura hidrogenada ou banha), contendo reforçador, açúcar, sal, antimorfo e leite em pó integral. Deverão ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro. O fornecedor deverá garantir validade do produto, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega.	kg	50	*	*	*	400	110	*	*	*	20	200	780
47	2.001.299	PÃO DE QUEIJO - pesando aproximadamente 30 gramas por unidade. Assado, fresco, não queimado, com miolo macio e assado, com boa aparência, levemente dourado, sem qualquer tipo de imperfeição Preparados com ingredientes, que sejam declarados e aprovados pela ANVISA	kg	50	*	*	*	*	75	*	*	*	30	*	155
48	2.001.009	ADOÇANTE DIETÉTICO artificial líquido 100 ml A base de aspartame, não apresentar na composição xintol, sorbitol ou frutose. Embalagem de polietileno atóxico, limpo e não amassado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	UND	*	*	*	2	*	*	5	5	*	*	*	12
49	2.001.002	ABACAXI MADURO tamanho médio, aroma e sabor da espécie, uniforme, sem ferimentos ou defeitos	kg	*	*	*	*	50	55	193	200	*	*	60	558
50	2.001.003	ABÓBORA MADURA TIPO MORANGA de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos	KG	*	*	*	*	150	25	*	*	*	*	*	175

		aderentes à superfície externa.													
51	2.001.305	AÇAFRÃO EM PÓ 500 GR; Produzido de acordo com as boas práticas de fabricações e manipulação, rotulagem nutricional, embalagem plástica atóxica, com data de fabricação e validade.	PCT	*	*	*	*	80	2	*	126	*	*	*	208
52	2.001.190	ADOÇANTE LÍQUIDO 100 ml - Apresentação: adoçante em líquido, Embalagem: primária plástica, Unidade de Fornecimento: pet com 100 ml, Características Adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	UND	*	*	*	*	20	*	*	*	*	*	*	20
53	2.001.011	ALFACE MAÇO C/ 250GR - Fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos.	UND	*	*	*	*	280	60	*	120	*	*	*	460
54	2.001.307	AZEITE DE DENDÊ 500 ml - Avermelhado na forma líquida e amarelo na forma sólida. Produto homogêneo, límpido e isento de impurezas a 50º C. Aroma: Característico de óleo de dendê. Sabor: Característico de óleo de dendê. Livre de ranço. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Vencimento de 12 (doze) meses após data de fabricação e em condições ideais. Embalagem 500 ml.	UND	*	*	*	*	20	20	*	*	*	*	*	40
55	2.001.021	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM - Embalagem 500 mL. Produto da prensagem a frio da azeitona, acidez menor que 1, coloração amarela esverdeado, que possam ser novamente tampadas após aberta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses	UND	*	*	*	*	100	4	*	*	*	*	30	134

		a partir da data de entrega.													
56	2.001.023	BANANA DE FRITAR - tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	KG	*	*	*	*	350	60	*	*	*	*	*	410
57	2.001.024	BANANA MAÇÃ - Tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	KG	*	*	*	*	100	60	2151	160	*	*	*	2471
58	2.001.025	BANANA NANICA - tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	*	*	*	*	100	60	*	*	*	*	300	460
59	2.001.203	BATATA DOCE - tamanho grandes ou médios, uniformes, inteiros, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa.	KG	*	*	*	*	300	40	77	231	*	*	*	648
60	2.001.031	BETERRABA Sem folhas, bulbos de tamanhos médios, uniformes, sem ferimentos ou defeitos ternos, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície.	KG	*	*	*	*	300	25	161	386	*	*	300	1172
61	2.001.041	CANJIQUEINHA 500 GR de milho, limpa, grãos são. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	PCT	*	*	*	*	150	50	*	1814	*	*	50	2064
62	2.001.214	CARNE BOVINA TIPO BISTECA - resfriada, no máximo 10 % de sebo e gordura, cor, aspecto, cheiro e sabor próprios. Em balada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os	KG	*	*	*	*	800	50	*	*	*	*	*	850

		dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.													
63	2.001.047	CARNE BOVINA TIPO COSTELA - Em tiras, resfriada, no máximo 10% de sebo e gordura, cor, aspecto, cheiro e sabor próprios. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante	KG	*	*	*	*	100	100	*	*	*	*	*	200
64	2.001.311	CARNE BOVINA, TIPO ALCATRA - (podendo ser pedaço ou em bife) limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida, nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, odor: próprio, tipo de corte: característico da peça. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro do Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias	KG	*	*	*	*	1300	200	115	*	*	*	700	2315

		a partir da data de entrega na unidade requisitante.													
65	2.001.057	CHEIRO VERDE MAÇO DE 250G - folhas inteiras, com talos, grãos, sem manchas, com coloração uniforme, turgescentes, intactos, firmes e bem desenvolvidos	UND	*	*	*	*	400	70	680	128	*	*	*	1278
66	2.001.058	CHOCOLATE EM PO 50% Cacau 400 GR Composição: cacau em pó (mínimo de 50% de cacau) e lecitina de soja, estabilizante. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos à qualquer tipo de chocolate, bem como, à manteiga de cacau, e não poderá ser adicionado de amido e féculas estranhas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	100	27	*	*	*	*	*	127
67	2.001.059	CHUCHU - tamanho e colorações uniformes, livres de materiais terrosos, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	*	*	*	*	100	25	58	100	*	*	350	633
68	2.001.179	COCO RALADO 200 GR - obtido através da desidratação da polpa de cocos, parcialmente desengordurada. Com sabor característico, aroma próprio e cor branca, acondicionado em embalagem íntegra, resistente, vedada hermeticamente e limpa. A embalagem deverá constar externamente, os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número de registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	20	80	*	*	*	*	*	100
69	2.001.062	COLORAU 100 gr - O calórico deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro,	PCT	*	*	*	*	250	30	735	5140	*	*	100	6255

		atóxico, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega													
70	2.001.063	COUVE FOLHA MAÇO 250 GR Tipo manteiga de tamanho médio, talo verde ou roxo, inteiros, coloração uniforme e sem manchas bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e umidade externa anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	UND	*	*	*	*	200	40	783	128	*	*	*	1151
71	2.001.066	CREME DE LEITE 200 gr - Embalagem de Tetra Pack, limpa não amassada, não estufada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem de 200 grs.	UND	*	*	*	*	50	140	*	*	*	*	*	190
72	2.001.073	FARINHA DE TRIGO COM FERMENTO - Especial com fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 70 (setenta) dias a partir da data de entrega	KG	*	*	*	*	40	140	*	*	*	*	150	330
73	2.001.075	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO - Especial sem fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de	KG	*	*	*	*	40	100	*	*	*	*	*	140

		lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 70 (setenta) dias a partir da data de entrega													
74	2.001.235	FERMENTO BIOLÓGICO - Tipo: biológico seco, instantâneo, para uso em panificação, não contém glúten; Embalagem com 500 GR; Características Adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	UND	*	*	*	*	30	10	*	*	*	*	*	40
75	2.001.325	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ - para uso em bolos, não contém glúten; Embalagem com 250gr a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	UND	*	*	*	*	20	80	*	*	*	*	30	130
76	2.001.090	LARANJA PÊRA - Madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem fermentos ou defeitos, firmes e com brilho.	KG	*	*	*	*	200	100	1958	939	*	*	300	3497
77	2.001.091	LEITE CONDENSADO 395 GR - Obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose. Obtido pela desidratação do leite, adicionado de sacarose ou glicose. Acondicionado em embalagem de Tetra-Pack, limpa, não amassada, não estufada, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto	UND	*	*	*	*	20	130	*	*	*	*	60	210
78	2.001.097	LEITE UHT INTEGRAL 1 LT - Leite líquido, tipo "b", integral, homogeneizado. Teor de gorduras de 3%. Embalagem Tetra - Pack, atóxica, limpa, não amassada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação,	LTS	*	*	*	*	1000	700	2144	8640	*	*	700	13184

		procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto. Embalagem de 01 Litro.													
79	2.001.328	LOURO 5 GR Em folha seca, obtido de espécimes vegetais genuínos, folhas sãs e limpas, de coloração verde pardacenta, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos a sua espécie. Acondicionada em saco plástico, transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	30	10	*	*	*	*	*	40
80	2.001.319	MACARRÃO PARAFUSO COM OVOS 500GR A base de farinha de trigo de sêmola ou semolina/ovos/corante natura de urucum e outras substâncias permitidas e submetido a processos tecnológicos adequados, composição nutricional: máximo 76 gramas de hidrato de carbono. Embalagem plástica, resistente e transparente, contendo data de fabricação e validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data da entrega do produto. Embalagem 500 gramas.	PCT	*	*	*	*	300	80	*	2150	*	*	200	2730
81	2.001.105	MACARRÃO TIPO ARGOLINHA 500 GR - Massa alimentícia tipo seca, vitaminada, isenta de sujidades e parasitas, Embalagem plástica resistente e transparente. Rotulagem contendo informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação. Deverá apresentar a validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega do produto.	PCT	*	*	*	*	50	30	*	*	*	*	*	80
82	2.001.109	MAIONESE 500 GR Emulsão cremosa, obtida com ovos e óleo	UND	*	*	*	*	200	30	*	*	*	*	*	230

		vegetal, com adição de condimentos, substâncias comestíveis e sem corantes, de consistência cremosa, amarelo claro, com cheiro e sabor próprio, isento de sujidades e seus ingredientes em perfeito estado de conservação. Acondicionada em embalagem plástica, limpa, não amassada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.													
83	2.001.337	MANDIOCA SEM CASCA Tipo branca/amarela, no grau normal de evolução no tamanho, sabor e cor própria da espécie, uniformes, frescas, inteiras, sem ferimentos ou defeitos, não fibrosa, livres da maior parte possível de terra e corpos estranhos aderente à superfície externa e isentas de umidade. Embaladas em sacos plásticos, resistentes, atóxico, limpo, não violado, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo.	KG	*	*	*	*	300	70	159	50	*	*	60	639
84	2.001.117	MELANCIA - Redonda, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	KG	*	*	*	*	50	270	3516	200	*	*	500	4536
85	2.001.118	MELÃO - tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpas intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	*	*	*	*	50	135	386	50	*	*	300	921
86	2.001.119	MILHO AMARELO PARA CANJICA 500 GR Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou	PCT	*	*	*	*	50	30	*	*	*	*	60	140

		vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. Deverá apresentar a validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega do produto													
87	2.001.122	MILHO VERDE EM CONSERVA 200 GR Reidratado, em conserva, grãos inteiros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	UND	*	*	*	*	100	140	579	*	*	*	60	879
88	2.001.126	ORÉGANO 500 GR Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, nº de lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega	PCT	*	*	*	*	10	7	*	10	*	*	*	27
89	2.001.127	OVO DE GALINHA - Classe A, tipo 3. Produto fresco de ave galinácea, tipo grande, íntegro, sem manchas ou sujidades, com cor, odor e sabor próprios do produto. Acondicionada em embalagem apropriada	DZ	*	*	*	*	500	140	775	1214	*	*	100	2729
90	2.001.130	PEPINO Tamanho médio, liso, com polpa intacta e limpa; tamanho e coloração uniformes típicos da variedade, sem manchas bolores, sujidades, ferrugem sem lesões de origem física ou mecânica.	KG	*	*	*	*	150	18	*	*	*	*	300	468
91	2.001.260	PIMENTÃO VERDE - Tamanho e coloração uniforme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes	KG	*	*	*	*	150	37	*	225	*	*	*	412
92	2.001.134	POLPA DE FRUTA SABORES VARIADO Frutas selecionadas, isenta de contaminação. Embaladas em sacos plásticos, resistentes, atóxico, limpo, não violado, que garanta a integridade do produto até o momento do	KG	*	*	*	*	80	400	472	500	*	*	300	1752

		consumo. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 01 ano, com os registros obrigatórios do ministério competente.													
93	2.001.138	QUIABO - Liso, tamanho e coloração uniforme, sem danos físicos ou mecânico oriundo do transporte (rachaduras e cortes).	KG	*	*	*	*	50	*	*	*	*	*	*	50
94	2.001.142	RUCULA MAÇO 250 GR Talos e folhas inteiras, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, talos e folhas inteiras, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas	UND	*	*	*	*	100	4	*	*	*	*	*	104
95	2.001.145	SALSA FRESCA MAÇO 250 GR Talos e folhas inteiras, graúdas, sem manchas, com coloração uniforme, talos e folhas inteiras, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas	UND	*	*	*	*	150	20	*	*	*	*	*	170
96	2.001.146	SALSICHA (TIPO HOT DOG) - A base de carnes íntegras, bovinas, apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada a vácuo, em saco plástico, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo da inspeção do SIF. O produto deverá apresentar a validade mínima de 30 (trinta) dia a partir da data da entrega.	KG	*	*	*	*	150	130	*	*	*	*	30	310
97	2.001.022	AZEITONA VERDE SACHE DE 250 GR. Com caroço conservadas em água e sal de coloração verde escuro, tamanhos médios, sem manchas e ausência de turbidez na salmoura. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote e quantidade do produto. Deverá apresentar a validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega	UND	*	*	*	*	50	80	*	*	*	*	*	130
98	2.001.147	SARDINHA EM CONSERVA 125 gr - com óleo, sem conservantes, sem glúten. Embalada em	UND	*	*	*	*	200	65	*	*	*	*	*	265

		latas limpas, sem amassados ou estufamentos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da entrega.													
99	2.001.004	ABOBRINHA - tamanho e coloração uniformes isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	*	*	*	*	200	25	*	*	*	*	*	225
100	2.001.015	AMIDO DE MILHO EMBALAGEM COM 500 GR - Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	UND	*	*	*	*	40	30	*	*	*	*	*	70
101	2.001.088	INHAME Fresco, compacto e firme, livre de materiais terrosos, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte	KG	*	*	*	*	200	15	*	*	*	*	*	215
102	2.001.100	LINGUIÇA TOSCANA - elaborada com carnes nobres suínas e condimentação natural. elaborada com carnes nobres suínas e condimentação natural, produto cárneo industrializado, obtido de carnes de animais de açougue, adicionados ou não de tecidos adiposo, ingredientes, embutidos em envoltório natural ou artificial e submetido ao processo tecnológico adequado, produto congelado a 12°C	KG	*	*	*	*	250	90	*	*	*	*	*	340
103	2.001.104	MACARRAO PARA LASANHA 500 GR Massa alimentícia tipo seca, vitaminada, isenta de sujidades e parasitas. Embalagem plástica resistente e transparente. Rotulagem contendo	PCT	*	*	*	*	20	35	*	*	*	*	*	55

		informações dos ingredientes, composição nutricional, data de fabricação. Deverá apresentar a validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega do produto.													
104	2.001.120	MILHO BRANCO PARA CANJICA 500 GR Milho seco processado em grãos crus, inteiros, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprio livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. Deverá apresentar a validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega do produto.	PCT	*	*	*	*	50	20	116	*	*	*	*	186
105	2.001.132	PERNIL DE PORCO Congelado, limpo, embalado individualmente em plástico transparente e atóxico, acondicionado em caixas lacradas, limpas, secas, não violadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar válida de mínima de 30 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	KG	*	*	*	*	800	35	*	*	*	*	*	835
106	2.001.030	BERINJELA Tamanho e coloração uniforme, firme e intacta sem lesões físicas ou mecânicas (rachaduras, perfurações, cortes) sem sujidades, parasitas e larvas.	KG	*	*	*	*	100	*	*	*	*	*	*	100
107	2.001.210	CANELA MOIDA 10 GR - CONDIMENTO, Tipo: canela, Apresentação: moída, aspecto físico em pó, Unidade de Fornecimento: embalagem plástica com 10 g, Características Adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. A embalagem deverá	PCT	*	*	*	*	10	18	*	*	*	*	*	28

		conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.													
108	2.001.065	CRAVO DA INDIA 8 GR Constituídos por botões florais são, secos e limpos. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	10	13	*	*	*	*	*	23
109	2.001.013	ALMEIRAO MAÇO 250 GR Fresco, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, isento de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos	UND	*	*	*	*	*	20	*	*	*	*	*	20
110	2.001.339	CREME DE LEITE ZERO LACTOSE - Creme de leite padronizado a 20% de gordura, espessantes carboximetilcelulose sódica, goma xantana e carragena e estabilizantes celulosas microcristalina e citrato de sódio e enzima lactase. Creme de Leite UHT Homogeneizado para dietas com Restrição de Lactose - Zero Lactose. Deve ter na embalagem: NÃO CONTÉM GLUTÉN. Embalagem de tetra pack. Embalagem de 200g. A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote. Validade de 06 meses a contar da data de entrega.	UND	*	*	*	*	*	5	*	*	*	*	*	5
111	2.001.338	LEITE CONDENSADO ZERO LACTOSE - produzido com leite Integral, açúcar e enzima lactase. Embalagem: caixa 395g. Deve estar escrito na embalagem	UND	*	*	*	*	*	5	*	*	*	*	*	5

		"zero lactose". A embalagem deve conter data de fabricação, data de validade e número do lote. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega.													
112	2.001.092	LEITE DE COCO 200 ml - Leite de coco natural, acondicionado em embalagem de vidro, de 200 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UND	*	*	*	*	*	50	*	*	*	*	*	50
113	2.001.171	LEITE ZERO LACTOSE - em caixinha embalagem de 1 litro cada, esterilizados pelo sistema UHT (ultra high temperatura) alta temperatura e ultra pasteurização, embalagem asséptica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. Embalagem de 01 Litro	LTS	*	*	*	*	*	10	*	160	*	*	*	170
114	2.001.103	MAÇÃ VERMELHA, NACIONAL - Frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem fermentos, firmes, tenras e com brilho.	KG	*	*	*	*	*	100	772	4200	*	*	300	5372
115	2.001.249	MAMAO PAPAIA Apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, Embalagem: acondicionado em embalagem atóxica, Características Adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	*	*	*	*	*	40	579	100	*	*	*	719
116	2.001.150	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS 500 ML Sabores Variados. Pronto para beber. Composto de água, suco concentrado de frutas, açúcar, acidulante, ácido cítrico, antioxidante, ácido ascórbico, aroma natural de frutas e estabilizante. Sem glúten. Não fermenta do e não alcoólico. Embalagem	UND	*	*	*	*	*	20	*	*	*	*	*	20

		peti, atóxica, limpa, não amassada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.													
117	2.001.308	BATATA PALHA - Especificação: batata frita processada, tipo palha sabor natural, composta por batata, gordura vegetal, sal e outros ingredientes permitidos, isenta de sujidades e outros materiais estranhos, embalagem primária filme laminado bop, atóxico e lacrado. Embalagem com 400 gramas.	PCT	*	*	*	*	*	21	*	*	*	*	*	21
118	2.001.089	IOGURTE C/ POLPA DE FRUTA 850 gr - Adoçado artificialmente, isento de açúcar, com fibras, zero % de gordura, sabores variados, com consistências cremosas ou líquidas, acondicionadas em pote, garrafa ou frasco de plástico, atóxico e estéril. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	UND	*	*	*	*	*	145	*	2678	*	*	*	2823
119	2.001.098	LIMÃO TAHITI - fresco, livre de resíduos de fertilizantes, suídas, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta.	KG	*	*	*	*	*	10	*	*	*	*	*	10
120	2.001.121	MILHO PARA PIPOCA (500 g) - Grãos inteiros, sadios, beneficiados, polido, limpo, isento de sujidades e outras misturas. Acondicionado em sacos plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade	PCT	*	*	*	*	*	100	*	50	*	*	30	180

		mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.													
121	2.001.129	PEIXE FILETADO CONGELADO - Integro, sem espinha, congelado por processo rápido, não apresentando qualquer sinal de descongelamento; - Embalado em saco plástico e caixa de papelão, contendo dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Registro no órgão competente	kg	*	*	*	*	*	3	*	200	*	*	*	203
122	2.001.131	PERA - Nacional tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos, oriundo do manuseio e transporte.	KG	*	*	*	*	*	75	*	*	*	*	*	75
123	2.001.329	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA INTEGRAL 400g - A base de farinha de trigo com açúcar, soro de leite, gordura vegetal hidrogenada, aroma e lecitina de soja, enriquecido com vitaminas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	pct	*	*	*	*	*	20	30	25	10	*	*	85
124	2.001.330	CHOCOLATE EM PÓ 100% CACAU 400g - Composição: cacau em pó e lecitina de soja, estabilizante. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos à qualquer tipo de chocolate, bem como, à manteiga de cacau, e não poderá ser adicionado de amido e féculas estranhas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	*	6	*	75	*	*	*	81
125	2.001.331	LEITE EM PÓ ZERO LACTOSE 400g - Isento de lactose, a base de 60% de proteínas do soro de leite e 40% de caseína, óleos	PCT	*	*	*	*	*	10	40	360	*	*	*	410

		vegetais e maltodextrina; contem DHA, ARA, vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos, opção adequada na intolerância a lactose.													
126	2.001.186	ABACATE, Espécie: comum, Apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades parasitas e larvas, Embalagem: acondicionado em embalagem atóxica, Características Adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	*	*	*	*	*	35	*	*	*	*	*	35
127	2.001.014	AMENDOIM SEM CASCA EMBALAGEM C/ 500 GR, Leguminosa capsular, cônica, de tamanho médio, sem casca, com características integras e de primeira qualidade. Limpo, de coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica	PCT	*	*	*	*	*	19	*	*	*	*	*	19
128	2.001.049	CARNE DE SOL BOVINA - Carne bovina, salgada, curada, seca, embalada a vácuo, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data da entrega	Kg	*	*	*	*	*	3	*	*	*	*	*	3
129	2.001.315	CEREAL INFANTIL - similar mucilon sabor arroz e aveia, lata 400 gramas. Ingredientes: Farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina b1, vitamina b6,	UND	*	*	*	*	*	60	*	*	*	*	*	60

		ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. contém glúten. contém traços de leite.													
130	2.001.072	FARINHA DE ROSCA 500 GR Obtida pela moagem de pães torrados, acondicionada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 (cinco) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	*	5	*	*	*	*	*	5
131	2.001.076	FARINHA LÁCTEA 400 GR - Alimento a base de farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas, sal e aveia. Alimento a base de farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas, sal e aveia. Acondicionado em embalagem plástica, limpa, íntegra, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	*	30	*	*	*	*	*	30
132	2.001.084	GELATINA SABORES DIVERSOS 30 GR - Com açúcar, aromatizante, podendo ser adicionada de corantes naturais. Em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionado em caixinhas de papelão, não amassadas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	UND	*	*	*	*	*	60	*	*	*	*	*	60
133	2.001.318	LEITE EM PÓ INFANTIL - similar NAN 1 para lactentes menores de 6	UND	*	*	*	*	*	6	*	*	*	*	*	6

		meses, lata 400g, Ingredientes: Lactose, concentrado proteico de soro de leite*, oleína de palma, leite desnatado, óleo de canola, óleo de palmiste, óleo de milho, sais minerais (citrato de cálcio, cloreto de potássio, cloreto de magnésio, citrato de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio, sulfato de manganês, selenato de sódio), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, pantotenato de cálcio, vitamina A, vitamina B6, vitamina B1, vitamina D, vitamina B2, ácido fólico, vitamina K, biotina), óleo de peixe**, lecitina de soja, ácido graxo araquidônico, L-arginina, L-carnitina, nucleotídeos, taurina bitartarato de colina, inositol, L-histidina. Não Contém Glúten.													
134	2.001.156	UVA PASSA 150 GR - Uva passa desidratada sem caroço. Preparada com sacarose e frutas desidratadas. Com tecnologia adequada, aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isenta de sujidades. Acondicionada em saco plástico atóxico, limpo e vedado. A embalagem deve rá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote data de fabricação, quantidade do produto, número de registro	Und	*	*	*	*	*	5	*	*	*	*	*	5
135	2.001.157	VAGEM Curta, tamanho e coloração uniforme, livre de materiais terrosos e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundo de manuseio ou transporte	KG	*	*	*	*	*	3	*	*	*	*	*	3
136	2.001.068	ERVILHA EM CONSERVA 200 gr - Reidratada, em conserva. Embalada em latas, limpa e isenta de ferrugem, não amassadas, não estufadas, resistentes que garantam a integridade do produto reidratada, em conserva. Embalada em latas, limpa e isenta de ferrugem, não amassadas, não estufadas, resistentes que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá	Und	*	*	*	*	*	35	*	*	*	*	*	35

		conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.													
137	2.001.123	MISTURA PRONTA PARA BOLO 400 gr Sabores Variados. Contendo: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite, sal, estabilizante estearato de propileno glicol e fermentos químicos. Embalagem aluminizada, resistente, limpa e vedada hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto	Und	*	*	*	*	*	80	*	*	*	*	*	80
138	2.001.322	TEMPERO SACHÊS PACOTE DE 60G - Com 12 unidades, sendo 5g cada, Sabor carne, similar (Sazon).	UND	*	*	*	*	*	57	*	*	*	*	*	57
139	2.001.323	TEMPERO SACHÊS PACOTE DE 60G - Com 12 unidades, sendo 5g cada, Sabor frango, similar (Sazon).	UND	*	*	*	*	*	57	*	*	*	*	*	57
140	2.001.297	PAO TIPO HOT-DOG (PAO CACHORRO QUENTE) Pão tipo Hot-Dog (pão cachorro quente), pesando aproximadamente 60 gramas por unidade. Assado, fresco, não queimado, com miolo macio e assado, com boa aparência, levemente dourado, sem qualquer tipo de imperfeição e sujidade. Preparados com ingredientes, que sejam declarados e aprovados pela ANVISA.	kg	*	*	*	*	*	120	*	*	*	70	200	390
141	2.001.290	PÃO CASEIRO TIPO MASSA FINA - Produzido de acordo com as boas práticas de fabricação e manipulação, rotulagem nutricional, embalagem plástica atóxica, inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM. O transporte deverá ser realizado em caixas	kg	*	*	*	*	*	10	*	*	*	*	100	110

		plásticas higienizadas e atóxicas													
142	2.001.395	PÃO MASSA FINA INTEGRAL - Produzido de acordo com as boas práticas de fabricação e manipulação, rotulagem nutricional, embalagem plástica atóxica, inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM. O transporte deverá ser realizado em caixas plásticas higienizadas e atóxicas	kg	*	*	*	*	*	10	100	*	*	*	*	110
143	2.001.336	BISCOITO SALGADO, TIPO CREAM CRACKER SEM LACTOSE, 400GR. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, água, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, açúcar, sal, estabilizante lecitina de soja, fibra, fermento biológico, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e pirofosfato ácido de sódio), proteinase, metabissulfito de sódio. Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contém glúten. Alérgicos: contém trigo. Pode conter derivados de cevada, aveia, soja e centeio. Acondicionada em pacotes de polipropileno, atóxico hermeticamente vedados com 400g e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente, com procedência, registro e informação nutricional no rótulo A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	PCT	*	*	*	*	*	*	30	37	*	*	*	67
144	2.001.018	ARROZ INTEGRAL LONGO FINO, TIPO 1 - em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de	KG	*	*	*	*	*	*	40	20	*	*	*	60

		lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.													
145	2.001.333	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL 500 GR - contendo farinha integral e água. Conter especificações na embalagem e características organolépticas próprias do produto. Deverá apresentar a validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega do produto	pct	*	*	*	*	*	*	30	50	*	*	*	80
146	2.001.332	LEITE EM PÓ DESNATADO 400g - O produto obtido por desidratação do leite de vaca integral, desnatado e apto para a alimentação humana, mediante processos tecnologicamente adequados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, número do lote e quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	PCT	*	*	*	*	*	*	25	15	*	50	*	90
147	2.001.362	MACARRÃO DE ARROZ TIPO ESPAGUETE 500g - Sem glúten massa proveniente de arroz e sem misturas de outros tipos de macarrão, Farinha de arroz, farinha de milho, corantes naturais cúrcuma e urucum e emulsificante. Embalagem transparente. Informações nutricionais na embalagem	pct	*	*	*	*	*	*	30	30	*	*	*	60
148	2.001.361	QUEIJO MUSSARELA ZERO LACTOSE - A embalagem original deve ser a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade	kg	*	*	*	*	*	*	15	11	*	*	*	26

		requisitante. Em fatias. Opção adequada na intolerância à lactose, dietas restritivas													
149	2.001.360	BOLACHA CASEIRA 1ª qualidade. Produzida de acordo com as boas práticas de fabricação e manipulação, rotulagem nutricional, embalagem plástica atóxica de 1kg.	kg	*	*	*	*	*	*	290	100	*	*	*	390
150	2.001.394	PÃO MASSA FINA - Produzido de acordo com as boas práticas de fabricação e manipulação, rotulagem nutricional, embalagem plástica atóxica, inspecionada pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM. O transporte deverá ser realizado em caixas plásticas higienizadas e atóxicas	kg	*	*	*	*	*	*	1755	3852	*	*	*	5607
151	2.001.370	LEITE EM PÓ VEGETAL 400g - Desenvolvido especialmente para entender as crianças que tem necessidades nutricionais específicas. Cereais 38% (aveia integral e farinha de arroz), polidextrose (fibra alimentar), proteína isolada de ervilha, açúcar demerara, minerais cálcio (carbonato de cálcio), ferro (pirofosfato férrico) e zinco (sulfato de zinco), vitaminas, vitamina (Lacorbato de sódio), vitamina E (acetato de DL-alfa-tocoferila), vitamina A (acetato de retinila) e vitamina D (colecalfiferol), aromatizantes, emulsificante lecitina de soja e regulador de acidez fosfato dipotássico.	PCT	*	*	*	*	*	*	15	123	*	*	*	138
152	2.001.173	AVEIA EM FLOCOS PCT 500GR Em flocos finos. Produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Composição centesimal: 12g de proteínas, 8g de lipídios e 63g de carboidratos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar a validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega do produto	PCT	*	*	*	*	*	*	78	10	*	*	*	88
153	2.001.401	PEIXE CONGELADO, FILÉ DE PINTADO IN NATURA EMBALAGEM DE 1KG - De	KG	*	*	*	*	*	*	135	*	*	*	*	135

		meses, a contar da data de entrega.													
155	2.001.392	IORGUTE (MORANGO) 850 gr - Adoçado artificialmente, isento de açúcar, com fibras, zero % de gordura, sabores variados, com consistências cremosas ou líquidas, acondicionadas em pote, garrafa ou frasco de plástico, atóxico e estéril. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	UND	*	*	*	*	*	*	795	*	*	*	*	795
156	2.001.393	IORGUTE (MORANGO) LACTOSE 850 gr - Adoçado artificialmente, isento de lactose, isento de açúcar, com fibras, zero % de gordura, sabores variados, com consistências cremosas ou líquidas, acondicionadas em pote, garrafa ou frasco de plástico, atóxico e estéril. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, opção adequada na intolerância à lactose. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega	UND	*	*	*	*	*	*	100	*	*	*	*	100
157	2.001.349	IOGURTE C/ POLPA DE FRUTA ZERO LACTOSE 850 GR 0 gr - Adoçado artificialmente, isento de lactose, isento de açúcar, com fibras, zero % de gordura, sabores variados, com consistências cremosas ou líquidas, acondicionadas em pote, garrafa ou frasco de plástico, atóxico e estéril. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, opção adequada na intolerância à lácteos. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	UND	*	*	*	*	*	*	*	75	*	*	*	75
158	2.001.155	UVA NACIONAL Tamanho e coloração uniformes,	kg	*	*	*	*	*	*	*	200	*	*	*	200

		bem desenvolvidas e maduras, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos.													
159	2.001.396	INHAME CHINÊS - Com características organoléticas (cor, odor, textura, aparência, sabor) preservadas, sem danos químicos, físicos e biológicos.	kg	*	*	*	*	*	*	*	30	*	*	*	30
160	2.001.364	ABÓBORA MADURA TIPO CABOTIÁ - de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa.	kg	*	*	*	*	*	*	*	172	*	*	*	172
161	2.001.365	ABÓBORA COMUM - de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa.	kg	*	*	*	*	*	*	*	60	*	*	*	60
162	2.001.366	BISCOITO DOCE DE COCO ZERO LACTOSE PCT 400g - Sabor coco, biscoito doce com coco zero lactose para dietas com restrição de lactose. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	pct	*	*	*	*	*	*	*	35	*	*	*	35
163	2.001.400	IORGUTE VEGETAL C/ POLPA DE FRUTA 850 gr - Adoçado artificialmente, 100% vegetal, sem lactose, sem glúten, açúcar, com fibras, zero % de gordura, sabores variados, com consistências cremosas ou líquidas, acondicionadas em pote, garrafa ou frasco de plástico, atóxico e estéril. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega	und	*	*	*	*	*	*	*	24	*	*	*	24
164	2.001.369	QUEIJO MUSSARELA VEGETAL - Queijo vegano sabor mussarela, 100% vegetal, pronto para consumo. Sem lactose. Sem glúten. A embalagem original deve ser a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente. A	kg	*	*	*	*	*	*	*	6	*	*	*	6

		embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Em fatias. Opção adequada para dietas restritivas.													
165	2.001.397	MACARRÃO PARAFUSO SEM GLUTEN 500GR Massa leve, farinha de arroz, corantes naturais, sem glúten, ovos e leite em sua composição. Embalagem plástica, resistente e transparente, contendo data de fabricação e validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data da entrega do produto. Embalagem 500 gramas	pct	*	*	*	*	*	*	*	20	*	*	*	20
166	2.001.359	PÃO MASSA FINA SEM OVOS E LEITE - Massa leve, sem leite e sem ovos em sua composição. Ser rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Acondicionado em embalagem transparente, contendo na embalagem a identificação do produto, data de fabricação e validade	kg	*	*	*	*	*	*	*	46	*	*	*	46
167	2.001.358	PÃO MASSA FINA SEM GLUTEN, OVOS E LEITE - Massa leve, sem glúten, ovos e leite em sua composição. Ser rejeitado o pão queimado ou mal cozido, com odor e sabor desagradável, presença de fungos e não será permitida a adição de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Isento de parasita, sujidades, larvas e material estranho. Acondicionado em embalagem transparente, contendo na embalagem a identificação do produto, data de fabricação e validade	kg	*	*	*	*	*	*	*	20	*	*	*	20

168	2.001.403	MANTEIGA ZERO LACTOSE 500gr - Com creme de leite pasteurizado vindo de leite sem lactose, cloreto de sódio, fermento láctico e corante natural urucum. Não contém glúten. Embalagem de polietileno leitoso e resistente, apresentando vedação adequada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto	UND	*	*	*	*	*	*	*	10	*	*	*	10
169	2.001.404	FILÉ DE PEITO DE FRANGO - Peito de frango filetado. Embalado em saco plástico transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega	KG	*	*	*	*	*	*	*	485	*	*	*	485

1.5 As quantidades constantes na planilha são estimativas, não obrigando a Administração pela contratação/aquisição total, face ao disposto no art. 125, da Lei nº. 14.133/2021, em sua atual redação, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

1.6 O objeto desta licitação, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontrada no mercado. (Art. 6º, XIII, Lei n.14.133/2021).

1.7 Não se vislumbra outra que não seja a aquisição através do SRP em atendimento demandas das secretarias desta administração, a qual vem se mostrando a mais viável economicamente nos últimos anos;

1.8 A vigência da Ata de Registro de preço será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios (AROM) podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.8.1 A vigência contratual será de 12 (doze) meses, com início a partir da data da assinatura do mesmo e publicação no Diário Oficial dos Municípios (AROM), podendo ser prorrogado por igual período, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE na forma do art.105 da Lei 14.133/2021

1.9 Dos órgãos participantes

1.9.1 São órgãos participantes deste Registro de Preços:

Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI
Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMA
Secretaria Municipal de Gabinete - GABINETE
Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAC
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda SEMADFAZ
Instituto de Previdência do Município - IMPREV

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Administração tem o objetivo através da contratação/aquisição almejada garantir o fornecimento de gêneros alimentícios, considerando que o consumo é rotineiro, previsível e indispensável à execução das atividades finalísticas das secretarias que compõe a Administração.

2.1.1 Almeja ainda o cumprimento do calendário letivo e das normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo a segurança alimentar e nutricional dos estudantes com hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

2.1.2 Alunos, servidores em regime de plantão, participantes de oficinas socioeducativas, crianças em situação de vulnerabilidade, jovens, adultos, idosos atendidos por programas sociais, além da população em geral que participa de eventos e ações promovidas pelas secretarias que compõe a administração serão os beneficiários diretos da contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

2.2.1 Atualmente, o estoque de gêneros alimentícios encontra-se em fase de esgotamento, atas com prazos de validade findando, sem manifestação de interesses na renovação. Assim, torna-se indispensável a realização de nova contratação, de forma planejada, para evitar descontinuidade dos serviços prestados à população;

2.2.2. Com a pretensa aquisição a administração tem o objetivo de garantir o suporte alimentar a eventos institucionais, oficinas, reuniões técnicas, capacitações, campanhas, ações sociais e atendimentos assistenciais e de saúde, bem como fornecer alimentação adequada aos alunos, servidores, usuários dos serviços e participantes de programas sociais e educativos, assegurando que esses serviços oferecidos sejam de qualidade, garantindo o bem-estar de crianças, jovens, idosos e pessoas em vulnerabilidade social e também dos servidores.

2.2.3 A disponibilização contínua de alimentos contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços prestados, promover acolhimento, ampliar a adesão às atividades e fortalecer a imagem institucional da gestão pública.

2.2.4 A alimentação escolar é um direito do estudante e um instrumento fundamental para o desenvolvimento adequado, permanência e rendimento escolar. Para garantir esse direito, torna-se indispensável a compra regular de gêneros alimentícios em quantidade e qualidade adequadas.

2.2.5 Desta feita, faz-se necessário a realização de procedimento Administrativo de licitação, observando sempre a busca da administração pública pela melhor qualidade e o menor desembolso, realizando por um procedimento formal de disputa através do Sistema de Registro de Preços.

2.2.6 A escolha pelo sistema de registro de preços se dá em virtude do objeto pretendido ser comum e de consumo da maioria das secretarias que compõe a administração, não sendo prudente a contratação de quantitativos fixos e individuais sob o risco de realizar aquisição além da necessidade dentro do exercício financeiro, considerando ainda a redução de custos operacionais com publicações, evitando ainda fracionamento de despesas, bem como permite a negociação de preços registrados sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios durante a vigência da ata

2.2.7 O SRP é também um instrumento eficaz de controle de gastos, uma vez que a administração não é obrigada a contratar a totalidade dos itens registrados, o que lhe garante autonomia na contenção de gastos, levando em consideração ainda a possibilidade de conseguir uma economia de grande escala pelo quantitativo a ser licitado.

2.3 JUSTIFICATIVAS DAS SECRETARIAS

2.3.1 Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI justifica que a aquisição se faz necessária para assegurar a manutenção das rotinas internas e externas dando suporte às ações/eventos promovidas pela Secretaria, tais como: concursos leiteiros, exposições da agricultura familiar, dias de campo, cursos, palestras, reuniões em campo e treinamentos que são realizados pela Secretaria com o intuito de levar conhecimento aos agricultores, fomentando a agricultura familiar, eventos esses que são oferecidos alimentação (café da manhã e almoço)

2.3.2 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca SEMMA justifica que a aquisição se faz necessária para atender às necessidades básicas de alimentação dos servidores e colaboradores durante as atividades de trabalho. Esses itens são essenciais para garantir o conforto e a disposição das equipes, especialmente em reuniões, treinamentos, visitas técnicas e ações de campo.

2.3.3 Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral SEMPLAC justifica que a aquisição se faz necessária para atender às demandas internas da unidade administrativa, garantindo condições adequadas para o bom desempenho das atividades diárias, contribuindo para a manutenção de um ambiente mais acolhedor e produtivo, proporcionando melhores condições aos servidores durante o expediente.

2.3.4 Instituto de Previdência do Município IMPREV justifica que a aquisição se faz necessária para assegurar condições adequadas de atendimento, acolhimento e manutenção das atividades administrativas atendendo o consumo dos servidores efetivos e ocupantes de funções técnicas ou administrativas, aposentados, pensionistas, membros dos Conselhos e Comitês vinculados ao IMPREV, bem como visitantes externos, a exemplo de cidadãos que se dirigem diariamente à unidade para obtenção de informações, requerimentos previdenciários, participação em reuniões ou tratativas administrativas.

2.3.5 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP justifica que a aquisição se faz necessária para garantir o bem-estar, a saúde e a alimentação adequada dos trabalhadores envolvidos nas diversas atividades operacionais desempenhadas pela Secretaria. Esses profissionais, muitas vezes, realizam serviços em locais distantes e em condições que dificultam o acesso à alimentação, necessitando de fornecimento de refeições para que possam continuar o trabalho com eficiência e segurança.

2.3.6 Secretaria municipal de Assistência Social SEMAS justifica que a aquisição se faz necessária para garantir a manutenção dos programas vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, onde são realizados diversos eventos sociais, oficinas, projetos que atendem crianças, jovens e adultos, usuários do SUAS, CRAS e CREAS, Casa de Acolhimento e também servidores em atividades extras.

2.3.7 Secretaria Municipal de Educação- SEMED justifica que a aquisição se faz necessária para assegurar o acesso dos alunos a alimentos de qualidade devendo ser preparadas de acordo com as orientações do responsável técnico, observando rigorosamente as normas nutricionais, higiênico-sanitárias e a logística de entrega, ressalta-se, ainda, que tais práticas devem estar alinhadas ao que estabelece a Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.3.8 Secretaria Municipal de Gabinete - GABINETE justifica que a aquisição se faz necessária para assegurar a manutenção das rotinas internas e o suporte às ações promovidas pela Secretaria, tanto no âmbito do atendimento ao público quanto nas demandas internas de trabalho. Ressalta-se que o fornecimento regular desses itens é essencial para o pleno andamento dos serviços, contribuindo para a organização e o cumprimento eficiente das funções administrativas e operacionais do setor.

2.3.9 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - SEMADFAZ justifica que a aquisição se faz necessária por se tratar de itens rotineiros e indispensáveis para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades organizacionais, servindo cafés e chás aos funcionários e aos cidadãos que entram diariamente nas instalações do prédio da Prefeitura municipal de Machadinho D'Oeste, bem como, as possíveis reuniões com Secretários, Vereadores, deputados e demais eventos que surgirem; garantindo o bom andamento das atividades da administração pública.

2.3.10 Secretaria Municipal de Saúde -SEMUSA justifica que a aquisição se faz necessária para atender as unidades Básicas de Saúde urbanas e rurais, Casa de passagem, CAPS e SAMU, o fornecimento desses itens alimentícios contribuem para um atendimento com qualidade a população e assegura suporte adequado aos profissionais que atuam diariamente na assistência em saúde.

3. DA METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1. Inicialmente a Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda / Diretoria de Compras e sua representante legal abriu-se a IRP Intenção de Registro de Preços a qual foi divulgada/publicada na AROM edição de nº 4106, de 10 de novembro de 2025, página 70.

3.2 A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada pelas secretarias requisitantes que manifestaram interesse mediante a Intenção divulgada no item anterior, a metodologia aplicada para calcular o quantitativo proposto foi a realização da média aritmética simples das aquisições/consumo dos anos anteriores e a previsão de consumo no ano vigente conforme estimativos e justificativas encaminhadas pelas secretarias, bem como o relatório de consumo anexada aos autos do processo.

3.3 Os quantitativos previstos para contratação serão solicitados conforme a necessidade de cada Secretaria individualmente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. 1 Dentro do presente estudo, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, após a etapa de levantamento de mercado e a análise das alternativas disponíveis analisadas durante elaboração do ETP, concluiu-se que a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade de Pregão eletrônico, com critério de julgamento e adjudicação por item, concedendo o benefício de contratação as empresas locais para itens sendo a mais adequada para atender à demanda da Administração;

4.2 Neste cenário, os produtos deverão ser adquiridos por meio de um processo licitatório o qual registra-se os preços final em uma ata que é firmada entre as Secretarias pertencentes a este órgão Municipal e as contratadas, com 12 (doze) meses de vigência prorrogável por mais 12 (doze) meses, desde que seja caracterizado mais vantajoso para a Administração, mantidas as condições definidas em edital, observadas as disposições do art. 82 da Lei nº 14.133/2021

4.3 Diante das características intrínsecas dos itens perecíveis e da necessidade de garantir qualidade, rapidez, segurança sanitária, evitando desperdício torna-se viável aplicabilidade do Decreto Municipal nº 4022/2024 que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, e dá outras providências, sem prejuízo aos princípios da eficiência logística, garantia de qualidade e fomento ao desenvolvimento local;

4.3.1 A logística de itens perecíveis exige velocidade, flexibilidade e capacidade de atendimento imediato, requisitos que são críticos e que justificam a preferência por fornecedores estabelecidos na proximidade;

4.3.2 A priorização de fornecedores locais é amparada legalmente pelo Decreto 4022/2024 e traz benefícios como o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

4.4 A opção de conceder o benefício de contratação às empresas locais para os itens perecíveis é uma escolha estratégica e operacionalmente essencial, fundamentada na natureza desses produtos e nas necessidades logísticas da Administração; o risco de deterioração e a impossibilidade de reposição rápida anulam a potencial vantagem de preço de fornecedores distantes para esses itens específicos;

4.5 A combinação de SRP com a priorização local para perecíveis é a solução mais vantajosa porque o Registro de Preços garante o planejamento e a economicidade na gestão das aquisições em geral, enquanto a priorização local para itens altamente perecíveis garante a integridade, frescor e rapidez essenciais para a saúde e bem-estar dos beneficiários (crianças, jovens, adultos, idosos, usuários de serviços), mitigando os riscos operacionais e sanitários inerentes ao fornecimento de alimentos com curta validade e alta frequência de entrega;

4.6 Assim neste plano de contratação a solução atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento exigidos pela nova Lei de Licitações, permitindo uma contratação escalável, transparente e com segurança jurídica. Favorece práticas sustentáveis e inovadoras, como dispõe a possibilidade de priorização de micro e pequenas empresas locais e/ou regionais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. REQUISITOS GERAIS

5.1.1. A contratação/aquisição será nos moldes da Lei nº 14.133/21 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; Decretos Municipal nº 4175 e nº 4178 de 22 de março de 2023 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas;

5.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf

5.1.3 5 Para critérios de sustentabilidade os produtos deverão ser acondicionados em embalagens de materiais reutilizáveis, reciclável ou biodegradável sempre que possível, garantindo a integridade física durante sua movimentação até o destino final;

5.1.4 A empresa deverá observar rigorosamente a legislação sanitária e as normas regulamentares sobre higiene, emanadas dos órgãos públicos competentes;

5.1.5 O Município reserva-se o direito de recusar o recebimento de produtos cujas condições de transporte não estejam de acordo com a legislação sanitária, precárias ou que comprometam a qualidade dos produtos;

5.1.6 Havendo qualquer anomalia qualitativa com lote de produtos recebidos, durante o armazenamento e preparo, quando não ocasionado por condições internas de guarda e armazenagem de responsabilidade das Secretarias ou mesmo pelo fornecedor, este será comunicado para o imediato contato com a indústria para elucidar os fatos. Quando constatado que o problema não foi gerado pela Administração e sim pelo fornecedor ou indústria, caberá a solicitação de coleta e reposição da mercadoria na mesma quantidade e em condições sanitárias e de qualidade adequadas para o preparo e consumo.

5.1.7 A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame deverão manter estoques mínimos de segurança, não deixando faltar os produtos para o atendimento da demanda da administração municipal, devendo garantir a entrega dos produtos durante toda a vigência do contrato.

5.1.8 Todos os impostos, taxas, despesas de transporte, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada, deverão estar incluídos no preço, o qual deverá, ainda, abranger toda atividade ou material necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

5.1.9 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2 REQUISITOS FUNCIONAIS:

5.2.1 São aqueles que definem as funções que a solução contratada deve cumprir, visando atender à necessidade das unidades demandantes:

- a) Fornecimento de gêneros alimentícios com qualidade compatível ao consumo humano, respeitando as especificações de cada item (peso, tipo, apresentação e grau de maturação, quando aplicável);
- b) Entrega dos produtos de forma fracionada, conforme a demanda das secretarias participantes, possibilitando o abastecimento contínuo e a adequada conservação dos alimentos;
- c) Garantia de pontualidade nas entregas, conforme cronograma e locais previamente definidos pela Administração;
- d) Substituição imediata de produtos que apresentarem avarias, deterioração, descongelamento ou qualquer irregularidade que comprometa sua qualidade ou validade;
- e) Atendimento aos diferentes perfis de consumo das secretarias, incluindo uso hospitalar, educacional, assistencial e institucional.

5.3 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

5.3.1 São características desejáveis relacionadas à forma como os requisitos funcionais devem ser executados:

- a) Os gêneros alimentícios devem ser entregues em condições adequadas de higiene e transporte, com veículos refrigerados quando necessário, garantindo transporte a integridade dos produtos até o destino.
- b) Os alimentos que não conter o prazo de validade juntamente com sua especificação deverão apresentar validade mínima adequada ao tipo do item, com no mínimo 3/4 da validade total no momento da entrega.
- c) A empresa fornecedora deverá possuir estrutura logística compatível com a demanda, garantindo agilidade na entrega, reposição e atendimento às diferentes secretarias do município.
- d) Atendimento local ou com capacidade de entrega no município de Machadinho DOeste-RO, em dias e horários previamente pactuados, com atenção especial os itens perecíveis que deverão ser entregues diariamente;
- e) Disponibilização de canal de comunicação direto com a contratada, para agilizar solicitações, reclamações e ajustes.

5.4 PADRÕES DE MERCADO

5.4.1 Os produtos a serem adquiridos deverão seguir os padrões adotados pelo mercado consumidor e institucional, considerando:

- a) Apresentação dos itens conforme prática usual (ex: unidades, quilos, dúzias, caixas etc.).
- b) Produtos com qualidade compatível aos disponíveis em estabelecimentos comerciais formais.
- c) Embalagens em material apropriado, íntegro e não violado, com rotulagem legível contendo informações obrigatórias por lei, tais como data de validade, lote, fabricante, composição e origem.
- d) Produtos de origem animal deverão possuir registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM), conforme a legislação vigente.

5.5 REQUISITOS EXTERNOS (LEGAIS):

5.5.1 A contratação deverá observar as seguintes normas e regulamentações:

- a) Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente no tocante à contratação por registro de preços e ao planejamento da contratação pública.
- b) Legislação Sanitária Federal, Estadual e Municipal, especialmente as diretrizes da ANVISA sobre alimentos perecíveis (RDC nº 275/2002 e correlatas).
- c) Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no que se refere à segurança e informação adequada dos produtos alimentícios.
- d) Decretos Municipais nº 4175 e nº 4178 de 22 de março de 2023 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas.
- e) Normas da Vigilância Sanitária regem o controle de qualidade dos alimentos fornecidos aos usuários dos serviços públicos.
- f) Decreto Municipal nº 4022/2024 - regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, e dá outras providências, sem prejuízo aos princípios da eficiência logística, garantia de qualidade e fomento ao desenvolvimento local;
- g) Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Municipal de Alimentação Escolar PMAE.

5.6 DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

5.6.1 A contratação para fornecimento de gêneros alimentícios pode ocasionar impactos ambientais diretos e indiretos, os quais devem ser reconhecidos e mitigados, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021. A seguir, são descritos os principais potenciais impactos ambientais e as medidas preventivas e mitigadoras que podem ser adotadas pela Administração:

1. Geração de Resíduos Orgânicos e Embalagens

Descrição: O descarte de produtos vencidos, deteriorados ou com avarias, bem como das embalagens utilizadas no transporte e armazenamento (plástico, isopor, papelão), pode contribuir para o aumento de resíduos sólidos urbanos.

Medidas Mitigadoras: Orientação às unidades receptoras para adoção de boas práticas de armazenamento e manipulação dos alimentos. Incentivo à separação de resíduos e destinação correta das embalagens recicláveis.

2. Consumo de Combustíveis Fósseis e Emissão de Poluentes

Descrição: O transporte constante de gêneros alimentícios até os órgãos da Administração contribui para a emissão de gases poluentes (CO e outros) provenientes de veículos, principalmente em entregas fragmentadas.

Medidas Mitigadoras: Priorização de fornecedores locais e regionais, reduzindo o tempo e a distância de transporte. Organização das entregas por cronograma otimizado, reduzindo deslocamentos desnecessários.

3. Desperdício de Alimentos

Descrição: A aquisição de itens em quantidades superiores à necessidade real pode levar ao vencimento e descarte de alimentos, gerando impactos ambientais e desperdício de recursos públicos.

Medidas Mitigadoras: Planejamento adequado da demanda por parte das secretarias, adoção de controle de estoque e acompanhamento rigoroso da validade dos produtos.

4. Uso de Produtos com Agrotóxicos e Aditivos

Descrição: No caso de legumes e verduras, o uso excessivo de agrotóxicos por parte dos produtores pode gerar resíduos tóxicos que impactam o solo, a água e a saúde dos consumidores.

Medidas Mitigadoras: Inclusão de critérios técnicos que incentivem a aquisição de produtos com menor carga de agrotóxicos e/ou produção orgânica, quando possível. Exigência de certificados de conformidade com normas sanitárias e ambientais.

5. Armazenamento e Descarte Inadequado de Subprodutos

Descrição: O armazenamento incorreto dos alimentos pode gerar contaminações e aumentar a necessidade de descarte precoce.

Medidas Mitigadoras: Capacitação dos responsáveis pelo recebimento dos produtos nas unidades da Administração sobre conservação adequada e descarte responsável.

5.6.2 A Administração Pública deve considerar esses impactos na fase de planejamento da contratação, promovendo práticas sustentáveis que assegurem a preservação ambiental, a responsabilidade social e o uso racional dos recursos públicos, conforme previsto nos princípios da nova Lei de Licitações

6. SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não é permitida a subcontratação na totalidade do fornecimento, objeto do Contrato. Qualquer subcontratação parcial só poderá ser feita com prévia autorização da Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste - RO, permanecendo, no entanto com integral responsabilidade pelo cumprimento do fornecimento a ser contratado;

7. DO LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO

7.1. Os produtos, relacionados a este Termo de Referência, deverão ser entregues nos seguintes endereços:

a) **Secretaria Municipal de Saúde:** No Almoxarifado que fica localizado na Avenida Brasil, esquina com a Getúlio Vargas, nº 3425, Centro, Machadinho D'RO,

b) **Escolas do Distrito de 5º Bec, áreas rurais e demais Secretarias:** Almoxarifado Central situado na Rua Prefeito José Souza Freitas nº 3202 Porto Feliz I a Esquerda da RO 133, saída para Cujubim, ficando sob responsabilidade de cada Secretaria e distribuição dos produtos para seus setores;

Escolas que compõe área rural e 5º Bec:

C.M.E.I JOSÉ FERREIRA MACHADO - Rua Jorge Teixeira s/n, - centro - Distrito de 5º Bec;

E.M.E.F SILVANO REGINO CRIVELARI - Distrito de 5º Bec;

E.P.M.E.I.E.F ONOFRE DIAS LOPES- Linha RO 133, Km 30, Núcleo Estrela Azul Zona Rural;

E.P.M.E.I.E.F HERMINIA CASTOLDI DE OLIVEIRA- Linha MC 7 Km 30 - Núcleo Helenópolis -

Zona Rural;

E.P. M.E.I.E.F AMIGOS DO CAMPO- Linha MA 115 Km 40 Assentamento Amigos do Campo -

Zona Rural

c) **Escolas descentralizadas (área urbana)** todos os produtos deverão ser entregues nas próprias escolas conforme conograma definido por cada Gestor escolar nos seus respectivos endereços:

C.M.E.I PEQUENO PRINCIPE. Av. Castelo Branco nº 5106 Bairro, Bom Futuro;

CRECHE PRÉ-ESCOLAR DOUTOR ELIAS ESTEVAM PEREIRA FILHO-Rua Diego Sartoro, esquina com a Av. Vereador Gilberto Penso, N° 3771 - bairro Porto Feliz II;

E.M.E.I CRIANÇA FELIZ- Av. Brasil nº 3142, Centro;

E.M.E.I.E.F PROF. CLAUDIOMIR CAMPESTRINI- Rua Girassol nº 3139 - Bairro Primavera;

E.M.E.I.E.F BOM FUTURO- Av. Castelo Branco nº 4870 - Bom Futuro;

E.M.E.F JOVINA DE CARVALHO RIBEIRO- Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 2832 Centro;

E.M.E.F PROF. MARIA DE JESUS GRILO- Av. Presidente Médici nº 3953 Centro.

d) **IMPREV** - Av. Diomero Moraes Borba, nº 3545-B Centro, Machadinho DOeste/RO.

7.1.1 Todas as entregas deverão ser realizadas em dias úteis das 07:30hs as 13:30hrs para a unidades solicitantes ao qual os produtos são entregues nos almoxarifados e das 07:30hrs as 17:30hrs para as escolas citada na Letra c) do item anterior.

7.2. O início do fornecimento dos produtos não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, sendo de forma parcelada conforme solicitação de cada secretaria, e os produtos deverão estar em validade mínima de $\frac{3}{4}$ do tempo total da validade descrita pelo fornecedor a partir da data da entrega, para os itens que não tiver a exigência do prazo de validade juntamente com sua especificação.

7.3 O fornecimento/entrega deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, referenciado na requisição e nota fiscal.

7.4 Os entregadores deverão apresentar-se uniformizados e identificados e deverá respeitar a presença do funcionário responsável pela conferência no momento do recebimento dos produtos.

8. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E GARANTIA DOS PRODUTOS

8.1 As entregas dos produtos perecíveis, tais como: carnes, laticínios, e legumes de maior duração (cenoura, beterraba, batata...) deverão ser realizadas semanalmente, frutas e verduras as quantidades solicitadas serão para consumo imediato e deverá ser entregue diariamente conforme cronograma definido com antecedência mínima de 07 (sete) dias por cada secretaria e escola solicitante;

8.2 Os demais itens (não perecíveis) deverão ser entregues prazo máximo 30 (trinta) dias após recebimento da nota de empenho, conforme forem solicitados pelas secretarias; e os produtos deverão estar em validade mínima de $\frac{3}{4}$ do tempo total da validade descrita pelo fornecedor a partir da data da entrega, para os itens que não tiver a exigência do prazo de validade juntamente com sua própria especificação;

8.3 A contratada deverá entregar os produtos alimentícios conforme especificação técnica apresentadas na planilha composta com as descrições detalhada dos produtos.

8.4 Para todos os itens serão avaliados os acondicionamentos dos produtos no momento da entrega. Embalagens violadas, com vazamentos, produtos manchados, sujos ou produtos com aparência duvidosa farão com que os produtos não sejam aceitos;

8.6. Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, onde deve constar a marca e o prazo de validade. Deverão vir devidamente embalados em caixas de papelão ou invólucros de plástico, para possibilitar o empilhamento;

8.7. Não serão aceitos na entrega, produtos de marcas diferentes daquelas constantes na(s) proposta(s) vencedora(s). No caso de propostas que apresentarem mais de uma marca para um único item, o Município reserva-se o direito de escolher a que melhor lhe convier;

8.8. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

8.9. A empresa ficará obrigada a apresentar, quando solicitado e às suas custas, laudos comprobatórios da análise dos produtos, expedida por órgão oficial fiscalizador.

8.10. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos, e arcar com os prejuízos à Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste-RO, decorrentes de sua utilização.

8.11. O prazo de validade na data da entrega, aqueles que não conter o prazo estipulado juntamente com sua especificação deverão apresentar validade mínima, com no mínimo $\frac{3}{4}$ da validade total no momento da entrega. Ressalvados os prazos dos produtos perecíveis;

8.12. Todos os Gêneros Alimentícios deverão estar de acordo com as Resoluções da ANVISA-RDC nº. 344, de 13/12/2002, RDC nº. 40, de 08/02/2002, RDC nº. 13, de 02/01/2001 e RDC nº. 360, de 23/12/2003, ou legislação que vier substituí-las.

8.13. Os gêneros alimentícios perecíveis que não apresentarem condições satisfatórias, não serão aceitos, devendo ser trocados imediatamente; no caso de falta de mercadorias, estas deverão ser repostas no máximo em 24 horas;

8.14 Os hortifrutigranjeiros deverão ser entregues adequadamente acondicionados em caixas plásticas vazadas ou sacos vazados tipo "rede" ou transparentes, não sendo permitido o uso de caixas de madeira;

8.10.5 Os produtos perecíveis deverão ser acondicionados em embalagens que assegurem a qualidade dos mesmos;

8.15 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

8.16 A empresa vencedora deverá entregar qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto, estipular em sua proposta de preços, cotas mínimas ou máximas, para remessa do produto;

9. MODELO CONTRATUAL

9.1 O modelo contratual adotado para esta contratação será regido por instrumento contratual formal, conforme previsto no artigo 89 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as cláusulas essenciais e específicas mencionadas posteriormente na minuta do contrato (anexo do edital) que assegurem a adequada execução do objeto.

9.1.1 A execução contratual será realizada de forma direta e continuada, com acompanhamento sistemático por parte do gestor e fiscal designados, visando garantir:

- a) A entrega dos bens ou serviços conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência;
- b) O cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma de execução / entrega;

- c) A observância dos indicadores de desempenho e qualidade definidos;
 - d) A mitigação de riscos operacionais por meio de ações preventivas e corretivas;
 - e) A efetividade dos resultados pretendidos, alinhados aos objetivos institucionais da Administração.
- 9.1.2 A fiscalização será exercida por servidores designados pelo gestor da pasta que atuarão como fiscais do contrato, responsáveis por acompanhar as entregas, atestar os relatórios de recebimento, emitir notificações e aplicar penalidades, quando cabíveis.
- 9.1.3 A equipe gestora do contrato será composta por servidores, formalmente designados para essa função, entre os quais destacam-se:
- a) Fiscal do Contrato: Responsável pelo acompanhamento direto da execução, conferência dos produtos, recebimento e atesto dos relatórios;
 - b) Gestor do Contrato: Responsável pela gestão administrativa, comunicação entre a Administração e a contratada, análise de relatórios e cumprimento das cláusulas contratuais.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

10.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 4172 de 22 DE MARÇO DE 2023, art. 9).

10.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. Decreto Municipal nº 4172 de 22 DE MARÇO DE 2023, art. 8).

10.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 4172 de 22 DE MARÇO DE 2023, art. 8).

10.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11. COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO (Decreto 4172 de 22 de Março de 2023):

11.1 Art. 8º. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme comissão nomeada ou o que vier substituir, especialmente:

I - analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - analisar eventuais alterações contratuais, depois de ouvido o fiscal do contrato;

IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

IX - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

X - outras atividades compatíveis com a função.

Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente do Município, e previamente designado pela autoridade administrativa signatária do contrato.

11. COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO (Decreto 4172 de 22 de Março de 2023):

11.1. Art. 9º. O fiscal de contrato é, preferencialmente, o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme comissão nomeada ou o que vier substituir.

§ 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.

§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ser profissional legalmente habilitado para atuar na área específica em que se enquadram os serviços contratados, necessariamente registrado no CFT, CREA, CAU ou equivalente, formalmente designado pelo ordenador de despesa ou por quem este designar, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução da obra ou serviço de engenharia in loco.

Art. 10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, conforme comissão nomeada ou o que vier substituir, especialmente:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras; **V** - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ARTs do CREA e/ou RRTs do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores; **b)** visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento; **c)** verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XVII - outras atividades compatíveis com a função.

§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei; **g)** realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas: a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado; b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa; c) comprovante de distribuição de sobras e produção; d) comprovante da aplicação do FATES Fundo Assistência Técnica Educacional e Social; e) comprovante da aplicação em fundo de reserva; f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público OSCIPs e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§ 8º. Além do cumprimento do § 7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em, CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

12. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO PRODUTO

12.1. São de inteira responsabilidade do almoxarifado receber os produtos de acordo com a Comissão de Recebimento de produtos e materiais do Almoxarifado, inserida na estrutura das Secretarias, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

12.2. A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos do edital;

12.3 Formas de recebimento:

12.3.1. Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

12.3.2. Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

12.3.3. Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

12.3.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

12.3.6. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus apêndices.

12.3.7. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

12.3.8. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os produtos que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 24 (vinte e quatro) horas corridas (Art. 119, lei 14.133/21).

12.3.9. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

12.3.10. Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

12.3.11. A comissão de recebimento das secretarias participantes desta Ata de Registro de Preços, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

12.3.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.3.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13. LIQUIDAÇÃO

13.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14. PRAZOS E FORMAS DE PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) corridos após o fornecimento e mediante comprovação da execução através de relatórios circunstanciados, que deverá conter: data, quantidade, local da entrega dos produtos, discriminados dos itens e assinaturas do responsável pela contratada, devidamente acompanhados da Nota Fiscal (sem rasuras), nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 4184 de 22 de março de 2023.

14.2. Os pagamentos serão realizados através de transferência *on-line*, devendo a empresa informar número de conta bancária e agência, juntamente com os documentos de habilitação na fase licitatória, em nome da empresa para que seja processado o pagamento

14.3. Deverão Apresentar as certidões que comprovem a regularidade fiscal, trabalhistas e FGTS, da empresa junto aos órgãos das receitas, devendo todas estarem vigentes na data do pagamento, sob pena de suspensão deste;

14.4. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da vencedora, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

14.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

14.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM, em regime aberto**.

16.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

16.2.1 Para fins de habilitação Jurídica, deverá o licitante atender os requisitos mínimos:

- a) Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; (cartão CNPJ)
- c) Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- d) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

16.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

16.3.1 para fins de habilitação fiscal e trabalhista deverão apresentar as certidões:

- a) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- b) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual, expedida na sede ou domicílio da Licitante, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da Licitante, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa;

- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhistas CNDT; relativa à comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A, Certidão expedida gratuita e eletronicamente;
- e) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal e/ou Estadual, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (ALVARA DE FUNCIONAMENTO/LOCALIZAÇÃO e/ou SINTEGRA).
- f) Cópia da licença de funcionamento (Alvará Sanitário) atualizada, ou cadastramento definitivo da empresa proponente Alvará de Saúde, expedido pela Vigilância Sanitária competente, expedida na sede ou domicílio do licitante, na forma da lei

16.4 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.5 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43);

16.6 De acordo com a Lei Complementar 147/2014, no seu Art 43 § 1º, em caso de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração para a regularização da documentação.

16.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.7.1 Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa ou pelo Tribunal de Justiça do Estado da sede, emitida nos últimos 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

16.7.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

16.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.8.1 Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

16.8.2. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu ou assinatura digital/eletrônica.

16.8.3 Para fins de comprovação das quantidades mínimas, é admitida a somatória de atestados, sendo cabível quando é apresentado diferentes atestados de serviços executados, de forma concomitante, comprovando que a empresa possui capacidade e infraestrutura necessária para atender a entrega do produto demandado;

16.8.4 Justifica-se a exigência do atestado em questão, devido a necessidade do ente Contratante em garantir que a empresa que irá fornecer os produtos possua capacidade e infraestrutura logística suficiente para disponibilizar uma solução que satisfaça ao consumo dos produtos desejado dentro dos requisitos técnicos e temporais necessários;

16.8.5 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às

penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema onde ocorrerá a licitação.

16.8.6. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

17 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

17.2 Solicitar formalmente à Contratada, mediante requisição acompanhada da nota de empenho, a aquisição do produto;

17.3 Efetuar o recebimento provisório dos produtos no ato de sua entrega desde que venham acompanhados da Nota Fiscal; O recebimento provisório não implica aceitação do objeto;

17.4 Emitir o termo de recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos mesmos.

17.5 Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de produtos, os que forem verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso;

17.5.1 O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos produtos, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

17.6 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento; analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;

17.7 Determinar à Contratada, mediante notificação, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação e prazos de entrega;

17.7.1 A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação;

17.8 realizar os pagamentos dentro dos prazos legais determinados;

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 Fornecer os produtos, com as especificações previstas nas Solicitações e devem estar de acordo com o conceito para controle de qualidade.

18.2- Ressarcir a Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste - RO ou a terceiros qualquer dano causado por seus empregados ou prepostos, durante o fornecimento dos produtos;

18.3- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato, inclusive seguros de acidente, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento dos produtos;

18.4- Não subcontratar a totalidade do fornecimento, objeto do Contrato. Qualquer subcontratação parcial só poderá ser feita com prévia autorização da Prefeitura Municipal de Machadinho D Oeste-RO, permanecendo, no entanto com integral responsabilidade pelo cumprimento do fornecimento a ser contratado;

18.5- Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de regularidade junto ao FGTS, Trabalhista e às Fazendas Federal, Estadual, Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que exigidos;

18.6-Remeter as Secretarias Municipais os relatórios emitidos durante o mês, acompanhado da correta Nota fiscal, para efeito de pagamento.

18.7- Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto fornecido;

18.8- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

18.9- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação;

18.10- Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;

18.11- Comunicar a Requisitante, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no contrato social durante o período que abrange prazo total da entrega dos produtos, bem como apresentar documentos comprobatórios;

18.12- Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor encarregado de acompanhar e quando for o caso, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

18.13 - Os licitantes deverão apresentar preços unitários compostos com todos os encargos, taxas, entre outros, sendo este a única remuneração pelos produtos entregues. Os preços unitários e totais, não serão objetos de reajustamento.

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.440.282,59 (dois milhões quatrocentos e quarenta mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

19.2. Para estimativa de preços unitários, adotou-se, excepcionalmente, como preços médios aqueles obtidos em bancos de preços extraíndo valores adjudicados em diversos municípios, divulgados no PNCP e também em variadas plataformas de licitações, em conformidade com o previsto no art. 23 da lei 14.133/0021.

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); (banco de preços)

20. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste conforme garantia orçamentária anexa a este Termo.

20.2. A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas;

20.3. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2024 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante.

20.4 Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Machadinho DOeste-RO a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

20.5. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

22. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

22.1. Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;

22.2. Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

22.3. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

22.3.1. aquele que não atenda às condições deste Termo de referência e seu(s) anexo(s);

22.3.2. autor do anteprojeto, termo de referência, projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre aquisições, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

22.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

22.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

22.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

22.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

22.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

22.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

22.3.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

22.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

22.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

22.3.12. Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

22.3.13. Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus **quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE MACHADINHO DOESTE**, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

23. DAS SANÇÕES E CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

23.1. As obrigações e sanções contratuais, encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da **MINUTA DE CONTRATO**, anexo pertencente ao Edital.

24. DA JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, conforme art. 63 do Decreto municipal 4175 de 22 de março de 2023, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

24.2. O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

24.3. O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

24.4. O presente registro de preços relacionado a aquisição de gêneros alimentícios se enquadra nas hipóteses de I e III, considerando a necessidade de contratações frequentes e também pelo o fato do atendimento a várias secretarias, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que que reprisar várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência, sem contar no fluxo de processos de uma mesma categoria o que levaria gastos excessivos com publicações desnecessária por se tratar do mesmo objeto.

24.5 Cabe ainda neste procedimento, considerando a natureza do objeto (produtos perecíveis), os quais aumentam riscos de deterioração, necessidade de entregas diárias, com base legal no Decreto Municipal nº 4022/2024 (que regulamenta o tratamento diferenciado as empresas locais e regionais) a aplicação do tratamento favorecido (priorizando o fornecedor local) garantindo qualidade, rapidez na entrega, segurança sanitária sem prejuízo aos princípios da competitividade e eficiência levando em conta que há fornecedores suficientes para disputas e capazes de atender a demanda da administração;

24.5.1 A justificação operacional é clara: o risco de deterioração e a impossibilidade de reposição rápida anulam a potencial vantagem de preço de fornecedores distantes para esses itens específicos, pois teriam que estar todos os dias no município e dependendo do produto se viajarem demais estragam e tornam inúteis causando grandes prejuízos a administração;

24.6 Com esta forma de contratação a administração trará redução de custos com frete, armazenamento e distribuição, o que tende a resultar em preços mais vantajosos e maior economicidade global do processo, além do mais priorizando esses comerciantes com o amparo legal, a administração contribui para o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e/ou regional.

24.7 Assim a combinação de SRP com a priorização local para perecíveis torna-se uma solução vantajosa porque o registro de preços garante o planejamento e a economicidade, enquanto a priorização local para itens perecíveis garante a integridade, frescor e rapidez mitigando os riscos operacionais e sanitários inerentes a esses alimentos com curta validade e alta frequência de entrega;

25. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. A vigência da Ata de Registro de preço será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação no Diário Oficial dos Municípios (AROM) podendo ser prorrogada por igual período observando o interesse público e a critério da contratante em comum acordo com o contratado na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021

25.2 As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, anexo do edital.

26. DO CADASTRO RESERVA DE FORNECEDOR

26.1. Para as licitantes que registraram a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

26.1.1. Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

26.1.2. A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

26.1.3. Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

26.1.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

27. ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA

I - Garantia orçamentária

II - Relação de itens por centro de custo

28. INFORMAÇÕES GERAIS

28.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3581-3278 e/ou no e-mail constitucional: machadinhocpl@gmail.com e/ou na sala da CPL Comissão Permanente de Licitação, situada na Avenida Rio de Janeiro nº 3098 Centro, Machadinho DOeste-RO, em dias uteis das 07h30min às 13h30min.

28.2. O presente Termo de Referência foi elaborado por Sirlene Aparecida Galani, Assessora de Compras e aprovado pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda, órgão gerenciador do Registro de Preços e demais secretários que manifestaram interesse em participar deste registro.

29. DO FORO

29.1 Fica eleito o FORO de Machadinho DOeste/ RO para dirimir as dúvidas a serem solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas

Machadinho DOeste/RO, 03 de dezembro de 2025.

Elaborado por:
Sirlene A. Galani

Autorizado pelo Órgão Gerenciador do RP:
Reginaldo de Lima

Secretário de Administração

Solicitado por (secretarias participantes)

Claudemir Rodrigues de Araújo
Secretaria Mun de Gabinete

Amauri Valle
Secretaria Mun. de Saúde

Reginaldo de Lima
Secretaria Mun. de Administração e Fazenda

Neuza Aquino Vieira
Secretaria Mun. Assistência Social

Silvano Ferreira Alves
Secretaria Mun. de Agricultura

João Bosco Monteiro de Lima
Secretaria Mun. de Meio Ambiente


Iaane Aparecida da Graça Cordeiro
Secretaria Mun. de Educação

Flavio Rogério Paiva
Secretaria Mun. de Obras

Marcia Siqueira Matheus
Secretária de Planejamento

Kerles Fernandes Duarte
Presidente IMPREV

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D'Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br - CNPJ: 22.855.142/0001-73

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por SIRLENE APARECIDA GALANI, ASSESSOR (A) NÍVEL I - COMPRAS (C.C.) , em 03/12/2025 às 10:37, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por MARCIA SIQUEIRA MATHEUS, SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO , em 03/12/2025 às 11:11, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .
 QUALIFICADA ASSINATURA ELETRÔNICA CERTIFICADO DIGITAL ICP - BRASIL	Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por FLAVIO ROGERIO PAIVA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS , em 03/12/2025 às 11:20, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .
 QUALIFICADA ASSINATURA ELETRÔNICA CERTIFICADO DIGITAL ICP - BRASIL	Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por REGINALDO DE LIMA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA , em 03/12/2025 às 11:22, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .
 QUALIFICADA ASSINATURA ELETRÔNICA CERTIFICADO DIGITAL ICP - BRASIL	Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por IAANE APARECIDA DA GRAÇA CORDEIRO, SECRETARIO MUNICIPAL , em 03/12/2025 às 11:43, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por KERLES FERNANDES DUARTE, PRESIDENTE DO IMPREV , em 03/12/2025 às 12:19, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por AMAURI VALLE, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL (C.C.) , em 03/12/2025 às 12:21, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 3.431 de 06/03/2020 .



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **CLAUDEMIR RODRIGUES DE ARAÚJO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GABINETE**, em 03/12/2025 às 12:39, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BOSCO MONTEIRO DE LIMA, SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, em 03/12/2025 às 12:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NEUZA AQUINO VIEIRA, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL (C.C.)**, em 03/12/2025 às 13:02, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVANO FERREIRA ALVES, SECRETÁRIO (a) MUNICIPAL (C.C.)**, em 04/12/2025 às 08:35, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **873586** e o código verificador **98D71BE2**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ADAO MARTINS FERREIRA	***.929.909-**	03/12/2025 10:37
2	LUANA ROCHA RODRIGUES DOS SANTOS	***.034.082-**	03/12/2025 10:39
3	RENATO RODRIGUES DA COSTA	***.763.149-**	03/12/2025 10:57

Referência: [Processo nº 1-4146/2025](#).

Docto ID: 873586 v1

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2025

PROCESSO Nº 4146/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../.../2025

Aos xxxxxx dias do mês de xxxxxx do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste, na Sala da CPL, situada na Av. Rio de Janeiro, 3098 Centro, MDO/RO, neste ato representado pela Srª, Gestora do Registro de Preços nomeada através da portaria nº 439/2025 de 16 de junho de 2025, e as empresas: _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, situada à Av. _____, nº _____ Bairro: _____, CEP: _____, na Cidade de _____, Tel (xx) _____ representada legalmente pelo Sr. _____, inscrito no CPF nº _____. Considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO para fins de REGISTRO DE PREÇOS nº .../...../2025, processo administrativo nº/2025, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas, nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), homologada pelo o Excelentíssimo Sr. Prefeito Paulo Henrique dos Santos ID....., atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 4175 de 22 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por finalidade a **FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS QUE COMPOE A ADMINISTRAÇÃO E AS ESCOLA DESCENTRALIZADAS**, conforme itens descritos no Termo de Referência, anexo I deste edital que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2 PRODUTOS REGISTRADOS.

ITEM	OBJETO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	EMPRESAS
01	Conforme descrições do termo de referencia				
02					

2.3 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste.

3.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66 do Decreto municipal 4175/2023.

3.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 81 do Decreto municipal 4175/2023.

3.2 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de municipal de Machadinho D'Oeste/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

5.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

5.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.1.2.1 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

5.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá estar cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado. 7.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

7.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado é praticado no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

7.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: machadinhocpl@gmail.com (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone (069) 3581-3278) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste, no horário das 07h30min às 13h30min em dias úteis, no endereço: Av. Rio de Janeiro nº 3098 Centro na Cidade de Machadinho D'Oeste/RO CEP: 76.868-000.

7.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

7.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do



preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

7.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

7.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

7.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

8.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do Art. 74 do Decreto n.º 4175 de 22 de março de 2023.

8.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

8.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

8.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.



8.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

8.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

8.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As autorizações dos serviços da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.

9.2 Autorizada as contratações serão emitidas as respectivas notas de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1.moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2.moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3.compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de



coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Conforme artigos 71, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 4175/23, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

11.2.1 O registro a que se refere o item 11.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos I, II e III do art. 71 do Decreto municipal 4175/23;

11.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

13. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (0xx69) 3581-3278 ou pelos e-mails: machadinhocpl@gmail.com ou na sala da CPL / Registro de Preços, situada na Avenida Rio de Janeiro nº 3098 Centro neste município em dias úteis das 07h30min às 13h30min.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o foro do Município de Machadinho D'Oeste/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

14.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Talita Rosalem Ferreira
Gestora do Registro de Preços



Secretarias:

Claudemir Rodrigues de Araújo
Secretaria Mun de Gabinete

Amauri Valle
Secretaria Mun. de Saúde

Reginaldo de Lima
Secretaria Mun. de Administração e Fazenda

Neuza Aquino Vieira
Secretaria Mun. Assistência Social

Silvano Ferreira Alves
Secretaria Mun. de Agricultura

João Bosco Monteiro de Lima
Secretaria Mun. de Meio Ambiente

Iaane Aparecida da Graça Cordeiro
Secretaria Mun. de Educação

Flavio Rogério Paiva
Secretaria Mun. de Obras

Marcia Siqueira Matheus
Secretária de Planejamento

Kerles Fernandes Duarte
Presidente IMPREV

EMPRESAS DETENTORAS DA ATA:



ANEXO DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO DE RESERVA .../2025

1. DO CADASTRO RESERVA

1.1. Fica instituído o cadastro reserva para o fornecimento dos objetos acima mencionados conforme as condições estabelecidas nesta ata.

1.2. O cadastro reserva será composto por fornecedores que apresentaram propostas válidas, mas que não foram selecionados para o fornecimento imediato.

1.3. Os fornecedores cadastrados no cadastro reservam poderá ser convocado, conforme a necessidade da Administração Pública e a disponibilidade de recursos.

2. DOS FORNECEDORES REGISTRADOS NO CADASTRADO E ITENS

2.1. Segue a relação dos fornecedores que manifestaram a intenção de participar do cadastro reserva conforme consta no relatório anexado aos autos do processo ID xxxxxxxxxx

2.1.1. **RAÃO SOCIAL** - **CNPJ N°** -
MANIFESTOU
INTERESSE PARA OS ITENS:

01,02.....

3. DA VIGÊNCIA

3.1. A presente ata terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada conforme a legislação vigente.

4. CONDIÇÕES GERAIS

4.1. O fornecedor convocado deverá apresentar toda a documentação exigida e deve cumprir as condições estabelecidas na ata de registro de preços.

4.2. A não aceitação da convocação ou o descumprimento das condições poderá resultar na exclusão do cadastro reserva.

4.3. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo pelos e-mails: cpl@machadinho.ro.gov.br, cpl.machadinho@gmail.com ou na sala da Diretoria de Compras / Registro de Preços, situada na Avenida Rio de janeiro nº 3098 Centro neste município de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

4.4. E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Elisangela Alves Souza da Silva
Gestora do Registro de Preços

EMPRESA CADASTRADA NO CADASTRO RESERVA:

RAZAO SOCIAL:.....

CNPJ N°







Município de Machadinho do Oeste

22.855.142/0001-73
Av. Rio de Janeiro
www.machadinho.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
MINUTA	- ARP	03/12/2025

ID:	873638	Processo	Documento
CRC:	9F06A94B		
Processo:	1-4146/2025		
Usuário:	SIRLENE APARECIDA GALANI		
Criação:	03/12/2025 10:44:07	Finalização:	03/12/2025 10:44:54

MD5:	75CA2A1A206CEF9390FA7E746492AAD7
SHA256:	7F29DB88F6F39A538135D2F7B0F0E7304AE8DEC309855A616E31978387F47F7C

Súmula/Objeto:

MINUTA- ARP GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

INTERESSADOS

DIRETORIA DE COMPRA	MACHADINHO D'OESTE	RO	03/12/2025 10:44:07
---------------------	--------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

ESTIMATIVO DE AQUISIÇÃO	03/12/2025 10:44:07
-------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.machadinho.ro.gov.br informando o ID 873638 e o CRC 9F06A94B.